



# Anais da Assembléia

Nº 156

CURITIBA, SEXTA FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 1975.

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 233ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1975 (Sexta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Wilson Fortes.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Tura, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os senhores Deputados Maurício Fruet, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Enéas Faria, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho e Trajano Bastos (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento de Francisco Kalempa, pessoa muito conceituada no município de Joaquim Távora - PR, ocorrido recentemente no referido município.

Da manifestação desta Assembléia Legislativa, solicitamos seja dado conhecimento à família enlutada do extinto, residentes naquela cidade.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, sejam enviados ofícios do Poder Legislativo do Paraná, encarecendo a necessidade da implantação da Cadeira de Direito Agrário nas Escolas de Direito existentes no Estado do Paraná.

Encarecendo, também a importância e a urgência da matéria que inexplicavelmente até hoje não foi avaliada em sua significação para o nosso Estado. Para o Ministério da Educação e Cultura, a Reitoria da Universidade Federal do Paraná e sua Faculdade de Direito da Universidade Católica e Faculdade de Direito de Curitiba, e também que seja dado ciência às demais Faculdades de Direito do Estado do Paraná.

#### JUSTIFICATIVA:

Nenhum Estado brasileiro poderia prescindir do estudo do Direito Agrário, pelas características que ainda marcam nosso País. Talvez, em outros tempos o desinteresse pelo assunto se pudesse explicar pelo acumpliciamento de governos com a grilagem de terras, fonte permanente do poder nos países atrasados. Mas, hoje o Brasil é um País em desenvolvimento que se prepara para ser uma potência nas próximas décadas.

Quando muito se poderá alegar que o nosso modelo de desenvolvimento assentado no capitalismo burocrático e financeiro em parceria com os grandes grupos monopolistas ainda guardam sua base intocada do latifúndio, do arbítrio ruralista e do autoritarismo repressivo, mas tende a ganhar imagem pública e idéia do desenvolvimento, do crescimento do Produto Nacional Bruto e da renda per capita.

De uma ou outra forma, cresce a importância da matéria, na medida especialmente em que a crise atual nos leva a retificar ou rever o "direito natural" e o "direito social" e as garantias de propriedade individual em face das necessidades sociais.

O Paraná é um Estado agrário, por suas características e por definição de seus últimos governos: O Direito Agrário é o instrumento de equilíbrio entre a propriedade e seu uso, entre os interesses pessoais e os sociais. Sendo assim devemos esperar que o Direito encontre os caminhos de convivência social assegurando tranquilidade onde até aqui o ato jurídico e a baioneta foram os instrumentos da vontade unilateral das pessoas capazes do ponto de vista jurídico e econômico.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1975.

a) EDILSON ALENCAR

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Venho hoje à tribuna, apenas para apresentar o nosso voto de repúdio ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER — que vem marginalizando o Paraná e principalmente a Capital do nosso Estado, porque sabemos que há 5 anos Curitiba sonha com a Avenida das Torres, há muito prometida.

Verbas já foram destinadas para a construção da obra, que no entanto o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, conforme denúncia do próprio Prefeito da Capital do nosso Estado, tem desviado as verbas destinadas à construção da Avenida das Torres, importante obra que interligará a nossa Capital a São José dos Pinhais.

Portanto, aqui fica o nosso repúdio ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que estará utilizando as verbas destinadas à construção da Avenida das Torres, para outros fins, ignorados.

Outro motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados da nossa passagem por esta tribuna, seria para encaminharmos à Mesa um requerimento pedindo que seja oficiado ao Ministério da Educação e Cultura, à Reitoria da Universidade Federal do Paraná, à Reitoria da Universidade Católica do Paraná, à Secretaria da

Educação e Cultura, à Faculdade de Direito de Curitiba, dando ciência às demais Faculdades do Estado, da necessidade da implantação da Cadeira de Direito Agrário em todas as Universidades de Direito do Paraná, porque achamos que no Paraná, um Estado, essencialmente agrícola, se faz necessário que se ministre, nas Universidades de Direito, a disciplina de Direito Agrário.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo da nossa presença na tribuna, no Pequeno Expediente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado João Cioni Netto.

O SR. JOÃO CIONI NETTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso da palavra nesta oportunidade para apresentar a esta Casa, dois requerimentos. O primeiro, com referência à saúde pública. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o plenário, seja inserido nos Anais desta Casa um Voto de Louvor ao Senhor Odílio Vissoci, Inspetor de Saneamento do 12º Distrito Santitário de Umuarama.

O pleiteado encontra justificativa por ser, o citado, um elemento de destaque no setor de saneamento, promovendo palestras e esclarecendo os menos favorecidos sobre as consequências e prevenção da verminose e outras doenças de massa.

Recentemente Odílio Vissoci, coordenou um curso de “Agente de Saneamento”, duração de 520 horas, com a participação de 26 alunos registrados e um escoteiro, que obteve o mais absoluto sucesso, recebendo do próprio Secretário da Saúde e do Diretor da Escola os mais elogiosos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1975”.

O segundo, Sr. Presidente, é o seguinte: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer “regime de urgência” para o Projeto de Lei nº 169/75, que altera dispositivo da Lei Orgânica dos Municípios.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1975”.

Estes eram os requerimentos que gostaríamos de levar ao conhecimento desta Casa, nesta data.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproximadamente há seis anos passados, desta tribuna, preconizávamos a criação de uma zona franca em Foz do Iguaçu, nos moldes daquele que já funcionava e funciona em Manaus. Do Sr. Ministro do Interior da época, Ministro Costa Cavalcanti, teve uma resposta taxativa porque aquela zona não será criada, porque prejudicaria, pasmem os Srs. a zona franca na época em pleno desenvolvimento em Manaus. Hoje, lemos na imprensa, no órgão de imprensa que o Sr. Presidente da República, aliás muito acertadamente, diga-se de passagem, estava tentando coibir a entrada de artigos estrangeiros sem o pagamento de direitos alfandegários na zona franca de Manaus. Lembramos ser muito oportuno vir à tribuna para, novamente, pleitearmos, nos moldes e com as mesmas restrições que o Sr. Presidente da República, com muita sabedoria, estava esquematizando para a zona franca de Manaus.

E no caso de que entenda S. Exa. o Presidente da República e o atual Ministro da Indústria, seja nociva a criação da zona franca em Foz do Iguaçu, a exemplo de Manaus, iremos ao extremo de pedir a extinção daquela.

Se no instinto de brasilidade queremos defender nossa indústria, sabendo dos altos prejuízos que dá às nossas indústrias, aquela zona franca, por outro lado queremos conseguir uma

idêntica para nosso Estado, a fim de evitar a evasão de cruzeiros de turistas brasileiros que atravessam a Ponte da Amizade, trazendo artigos que a lei permite, num total de até 100 dólares.

Neste momento, queremos levar a S. Exa. duas opções: ou a criação da zona franca em Foz do Iguaçu, com as mesmas restrições e procurando dificultar a entrada de mercadorias estrangeiras ou, caso não seja viável a sugestão, que seja extinta a de Manaus, que está criando problemas, conforme salientou o Sr. Presidente da República em nota divulgada pela imprensa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para encaminhar um requerimento de autoria meu ilustre líder de bancada, Sr. Deputado Muggiati Filho, com o seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

Em representação dirigida ao Comandante da Polícia Militar do Estado, e reiterada ao Deputado subscritor do presente, pelos engenheiros Celso Souza Santos, Carlos Afonso Alves de Camargo, Marco Antonio Stavis, Yuichi Oshima e Paulo Cesar Varassin (petições inclusas, verifica-se que um grupo de formandos do Curso de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, em data de 22 próximo passado, por volta do meio-dia, comemorava o encerramento da vida estudantil no Restaurante “Lá no Pasquale”, do Passeio Público.

Por motivo fútil, ao que consta vários soldados da Polícia Militar do Estado se aproximaram do local, conduzidos por suas viaturas. Ao chegarem, os policiais interromperam as festividades mediante a prática do desforço pessoal, com o emprego de casquetes e ameaça de uso de arma-de-fogo, por parte dos mesmos. Dois formandos foram espancados com maior gravidade, por seis integrantes daquele destacamento, sendo cinco engenheiros conduzidos presos ao posto policial, onde aguardaram a presença de um oficial, que os liberou.

Em razão do exposto, o Deputado Estadual infra-assinado solicita, nos termos do artigo 33, da Lei Estadual nº 6636, de 29 de novembro de 1974, ouvido o plenário, sejam solicitadas do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, se pelo mesmo já não o foram, as medidas necessárias à repressão e apuração das infrações penais, especialmente no que tange ao abuso de autoridade, do caso vertente, inclusive se a referida representação encaminhada à autoridade competente foi recebida e teve andamento, remetendo-se a S. Exa. cópias de todas as peças que que acompanham o presente.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO”

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, quinto orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos o pronunciamento do nobre Deputado João Cioni Netto, quando pede um voto de louvor ao Sr. Odílio Vissoci, Inspetor de Saneamento do 12º Distrito Sanitário de Umuarama.

Nós não poderíamos deixar de passar a oportunidade, sem registrarmos a nossa posição, o nosso apoio, o contentamento quando vemos um ex-aluno nosso, Odílio Vissoci já como mestre de saneamento, proferindo conferência e executando cursos de formação de pessoal, para o desempenho das funções de saneamento da Secretaria de Saúde Pública de nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de inserir neste nosso pronunciamento, um drama que vem incidindo sobre a Classe Técnica de Saneamento da Secretaria de Saúde Pública e, quero crer, sobre várias das classes técnicas de nível médio de todo o nosso Estado, quando a exemplo de Odílio Vissoci, faz

noção os funcionários, que solicitados como foram, por volta de 1966, Odílio Vissoci, a frequentar cursos técnicos a exemplo de que no meu tempo, e sob minha orientação, fez este servidor público o Curso de Saneamento, e fora posteriormente ao recebimento do diploma do curso que frequentara, desviado às funções de motorista que era e que é, para o serviço público estadual, sem vantagem nenhuma.

E posteriormente, por volta de 69/70, este mesmo servidor, a exemplo de centenas de outros, foi novamente requisitado, posso afirmar, não é apenas um convite a uma determinação funcional, para que esses funcionários frequentassem cursos para melhoramento de suas capacidades técnica, voltava Odílio Vissoci, a completar o curso, agora de Inspetor de Saneamento pela Escola de Saúde Pública.

E novamente desviado, para uma função superior, a mais alta após aquela que eu ocupava, como Engenheiro da Saúde Pública, Engenheiro Sanitarista. Então, hoje, este pessoal, Inspetores de Saneamento da Secretaria de Saúde Pública são os Engenheiros da Saúde Pública do Paraná. Este rapaz, a exemplo de outros está vigiando por duas classes acima da sua, a ainda continua como motorista do Estado.

Já fui autor de um projeto de lei que foi um motivo de veto do Governador Parigot de Souza, mas que este tipo de ocorrência mais repita-se, e, mais ainda, que encontramos uma solução definitiva, para o reenquadramento de pessoal técnico desviado, muitas vezes, das suas funções, sob promessa de promoção funcional.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

A mesa comunica aos Srs. Deputados que receberá emendas o Projeto de Lei 143/75, que cria cargos da Organização Judiciária do Estado até o dia 2 de dezembro, para encaminhá-las à Comissão de Constituição e Justiça.

Lembra também que essas emendas para serem aceitas tem que contar com a maioria absoluta da Casa, ou seja, assinaturas de 28 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 85/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ribeirão da Anta, da sede do referido município.— APROVADO.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NÚMERO 85/75.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ribeirão da Anta, da sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75.

a) BASILIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 86/75, que aprova o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professor Osvaldo Gomes, da sede daquele município.— APROVADO.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 86/75**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração, e o município de Tomazina, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professor Osvaldo Gomes, da sede daquele Município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75.

a) BASILIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 87/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração, e o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Manoel Sebastião Gonçalves, da sede do referido município.— APROVADO.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 87/75**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Manoel Sebastião Gonçalves, da sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75.

a) BASILIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 88/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Iguaçu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Nilo Cairo, da sede do referido município. APROVADO.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 88/75**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Iguaçu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Nilo Cairo, da sede do referido Município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1975.

a) BASILIO ZANUSSO - Presidente

a) LINEU TURRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 89/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Iguaçu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal Euclides da Cunha, da sede do referido município. APROVADO.

# REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 89/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de julho de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Iguaçu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75

a) BASILIO ZANUSSO - Presidente

a) LINEU TURRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 90/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Marilândia do Sul, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Nova Amoreira e D. Pedro I, da sede do referido município. - APROVADO.

# REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 90/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Marilândia do Sul, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Nova Amoreira e D. Pedro I, da sede do referido município. -

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 25.11.75.

a) BASILIO ZANUSSO - Presidente

a) LINEU TURRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 91/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Pinhalão, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Princesa Isabel, na sede daquele Município. APROVADO.

# REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 91/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Pinhalão, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Princesa Isabel, da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75.

a) BASILIO ZANUSSO - Presidente

a) LINEU TURRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 93/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Jandaia do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual de Jandaia do Sul, na sede daquele município. - APROVADO.

# REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 93/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Jandaia do Sul, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual de Jandaia do Sul, da sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75

a) BASILIO ZANUSSO - Presidente

a) LINEU TURRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do projeto de Resolução nº 94/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Florai, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Honório Fagan, da sede do referido município. APROVADO.

# REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 94/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Florai, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Honório Fagan, da sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75.

a) BASILIO ZANUSSO - Presidente

a) LINEU TURRA - Relator.

# REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 95/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o município de Cruz...

ro do Oeste, com a finalidade da execução de reparos no prédio, onde funciona o Grupo Escolar Nilo Floresta, da sede daquele município.— APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 95/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Nisia Floresta da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75.

- a) BASILIO ZANUSSO — Presidente
- a) LINEU TURRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 96/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o município de Terra Roxa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Carlos Gomes e Grupo Escolar Artur Costa e Silva, da sede daquele Município.— APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 96/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Terra Roxa, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual Carlos Gomes, e o Grupo Escolar Artur Costa e Silva, da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75.

- a) BASILIO ZANUSSO — Presidente
- a) LINEU TURRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 96/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Carlópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual, da sede do referido município. APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 97/75

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Carlópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual, da sede do referido município.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75

- a) BASILIO ZANUSSO — Presidente
- a) LINEU TURRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 98/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Carlópolis, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia, na sede do referido município. APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 98/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Carlópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia, da sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75.

- a) BASILIO ZANUSSO — Presidente
- a) LINEU TURRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 99/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Rolândia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Souza Naves, na sede daquele município. APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO ((/99/75((/

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Rolândia, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Souza Naves, da sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75.

- a) BASILIO ZANUSSO — Presidente
- a) LINEU TURRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 187/74, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Dr. Maury Rodrigues da Cruz.— APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NÚMERO 187/74.— A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito

do Paraná, ao Dr. MAURY RODRIGUES DA CRUZ.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.75

a) BASILIO ZANUSO - Presidente

a) LINEU TURRA - Relator.

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 25/75, dispondo que a Fiscalização Financeira, Orçamentária e Patrimonial das Sociedade Instituídas pelo Poder Público ou em que o Poder Público participe com capital majoritário e as Empresas Públicas, qualquer que seja a forma de que se revistam, será exercida pela Assembléia Legislativa e Câmara Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado e dá para isso outras providências. **APROVADO.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NÚMERO 25/75.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A

**Artigo primeiro.** - As entidades paraestatais, inclusive as Fundações dotadas de personalidades jurídica de direito privado, cujo capital pertença exclusiva ou majoritariamente ao Estado, ficam sujeitas à fiscalização financeira do Poder Legislativo, com o auxílio de natureza técnica do Tribunal de Contas, sem prejuízo do controle exercido pelo Poder Executivo.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO.

A Fiscalização prevista e neste artigo:

- a) não exclui os controles internos a que as entidades, abrangidas pelo disposto neste artigo, estão sujeitas em decorrência da organização, do estatuto e da legislação geral e específica;
- b) respeitará as peculiaridades de funcionamento da entidade, limitando-se a verificar a exatidão das contas e a legitimidade dos atos, e respeitará os seus objetivos, natureza empresarial e operação, segundo os métodos próprios do setor privado da economia;
- c) compreende o desempenho de função de auditoria e a realização de inspeções necessárias à apreciação das contas apresentadas, e à apuração de possíveis irregularidades, mediante expressa provocação do Poder Legislativo.

### PARÁGRAFO SEGUNDO.

Nenhum processo, documento ou informação poderão ser negados ao Tribunal de Contas, quando expressamente autorizado pelo Poder Legislativo a requisitar, inclusive os de natureza reservada, que serão tratados com esse caráter.

### ARTIGO SEGUNDO.

A Assembléia Legislativa, por deliberação do plenário, por maioria simples, e por iniciativa das Comissões de Finanças, de Orçamento ou de Tomada de Contas, respectivamente, poderá requisitar ao Tribunal de Contas;

- a) informações sobre as contas dos órgãos e entidades da administração estadual sujeitos ao seu julgamento;
- b) cópias de relatórios de inspeções realizadas e respectiva decisões do Tribunal;
- c) balanços das entidades da administração indireta sujeitas à apreciação do Tribunal;
- d) inspeção em órgãos ou entidades de que trata a alínea A quando o relatório de auditoria e respectivo certificado apontaram irregularidades nas contas.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando a iniciativa pertencer a deputado, será obrigatoriamente ouvida, antes da apreciação pelo plenário, a comissão técnica pertinente a que se refere o "caput" deste artigo, e qual terá o prazo improrrogável de três dias para opinar.

### PARÁGRAFO SEGUNDO:

As informações de que trata este artigo, deverão ser apresentadas dentro de trinta dias e a inspeção deverá ser realizada no prazo de 90 dias, salvo prorrogação que deverá ser previamente pedida à Assembléia.

### PARÁGRAFO TERCEIRO.

O descumprimento dos prazos estabelecidos neste artigo e parágrafos, implicam em crime de responsabilidade.

### ARTIGO TERCEIRO.

O controle interno das entidades mencionadas no artigo primeiro, deverá ter suas atribuições definidas em estatuto, objetivando criar as condições indispensáveis para:

- a) assegurar eficiência ao controle interno;
- b) acompanhar a execução dos programas econômicos e financeiros, e;
- c) apreciar os resultados obtidos e verificar a execução dos contratos.

### ARTIGO QUARTO:

Os órgãos de controle interno, ao examinarem as notas dos seus administradores, pronunciar-se-ão sobre a regularidade das mesmas, sem prejuízo do exame pelo Tribunal de Contas e julgamento do Poder Legislativo.

### ARTIGO QUINTO.

Verificada a irregularidade, o Tribunal de Contas cientificará, formalmente, a autoridade responsável para a adoção de providências saneadoras, e comunicará ao Poder Legislativo, para os devidos fins, com a indicação dos nomes dos responsáveis.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese de aplicação de sanções pelo Tribunal de Contas, nos casos em que julgar desnecessária a representação, este dará ciência à Assembléia Legislativa, para conhecimento da Comissão, Técnica respectiva.

### PARÁGRAFO SEGUNDO

Recebida a representação, o Presidente da Assembléia Legislativa a distribuirá às Comissões referidas no artigo segundo, que imitarão parecer concluindo pela apresentação de projeto de resolução:

### ARTIGO SEXTO:

Dentro do primeiro trimestre de cada exercício, o Tribunal de Contas enviará ao Poder Legislativo a relação das entidades que prestaram contas relativas ao exercício anterior, acompanhada de relatório circunstanciado sobre as respectivas ocorrências, bem como indicará as entidades omissas.

### ARTIGO SÉTIMO:

Na verificação técnica das contas, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, o Tribunal de Contas tomará por base:

- a) o relatório anual, os balanços e demais peças contábeis, relativas ao encerramento do exercício;
- b) livros e documentos, atendido o disposto na alínea C, do § 1º, do artigo primeiro, desta Lei;
- c) ELEMENTOS OBTIDOS NAS INSPEÇÕES REFERIDAS na alínea C do parágrafo primeiro, do artigo primeiro, desta Lei;
- d) certificado de auditoria, se houver;
- e) parecer dos órgãos técnicos encarregados da aferição das contas.

**ARTIGO OITAVO:-**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

**SALA DAS COMISSÕES, EM 25.11.75**

a) **BASILIO ZANUSSO** — *Presidente*

a) **LINEU TURRA** — *Relator.*—

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Kalempe, ocorrido no município de Joaquim Távora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, lido da tribuna, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 169/75. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Ministério da Educação e Cultura, a Reitoria da Universidade Federal do Paraná e sua Faculdade de Direito, à Secretaria de Educação e Cultura e diversas faculdades de Direito do Estado, sugerindo a implantação da Cadeira de Direito Agrário em seus currículos. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da tribuna pelo Sr. Deputado Antônio Facci, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo providências visando à repressão e apuração das infrações penais, especialmente no que tange ao abuso de autoridade, tendo em vista a repressão dirigida

ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado e reiterada ao Sr. Deputado autor do presente requerimento, por diversos engenheiros. — **Em discussão.**

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Para discutir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, lido da tribuna, solicitando voto de louvor ao Sr. Odílio Vissoci, Inspetor de Saneamento do 12º Distrito Sanitário e Umuarama, pelos serviços prestados no setor de saneamento.

**Aprovado.**—

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 1º de dezembro -a hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 23/75.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs: 114/124/152/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 127/75, 128/75, 129/75 e de lei nº 158/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 82/74, 73/75, 87/75 e 150/75.

Marcando ainda, uma sessão extraordinária, para segunda-feira, dia 1º às 14.00 horas.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 92/75.

Levanta-se a Sessão.